



JORNALISMO DE CHECAGEM DE FATOS COMO INTERMEDIÁRIO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE PAÍSES

FACT-CHECKING JOURNALISM AS PUBLIC TRANSPARENCY INTERMEDIARY: A CROSS-COUNTRY COMPARATIVE ANALYSIS

EL PERIODISMO DE VERIFICACIÓN COMO INTERMEDIARIO DE LA TRANSPARENCIA PÚBLICA: UN ANÁLISIS ENTRE PAÍSES

Paulo Ferracioli¹

Resumo: Para concretizar a acessibilidade da transparência, organizações intermediárias, como o Jornalismo, exercem um papel de destaque ao repassar ao público os dados disponíveis. O objetivo desse artigo, portanto, é compreender como as agências de checagem de fatos se aproveitaram dos recursos de transparência pública para construir seus textos. Foi realizada uma investigação comparada de quatro agentes de países distintos: Agência Lupa (Brasil), Factcheck.org (EUA), Pagella Política (Itália) e Correctiv (Alemanha). Em todas, informações fornecidas pelo Estado em suas páginas de Internet (ou seja, transparência ativa) foram a principal fonte: em ordem, 63,5% (Brasil), 53,4% (Itália), 52,7% (EUA) e 29,2% (Alemanha) dos textos se valiam de dados públicos para suas conclusões. Associar Jornalismo de checagem e transparência remete à noção de sistemas-peritos, sobretudo ao demonstrar que atores externos ao Estado também são capazes de participar do processo de abertura das instituições públicas.

Palavras-chave: Transparência pública; Checagem de fatos; Jornalismo político; Dados governamentais.

Abstract: In order to make transparency accessible, intermediary organizations, such as Journalism, play a prominent role in passing on the available data to the public. The aim of this article, therefore, is to understand how fact-checking agencies took advantage of public transparency resources to build their texts. A comparative investigation was carried out of four agents from different countries: Agência Lupa (Brazil), Factcheck.org (USA), Pagella Política (Italy) and Correctiv (Germany). In all of them, information provided by the State on its Internet pages (that is, active transparency) was the main source to support the checks: in order, 63.5% (Brazil), 53.4% (Italy), 52.7% (USA) and 29.2% (Germany) of the texts used public data to support their conclusions. Associating fact-checking Journalism and transparency refers to the notion of expert systems - above all, by demonstrating that actors external to the State are also capable of participating in the inspection and opening process of public institutions.

Keywords: Public transparency; Fact-checking; Political journalism; Governmental data.

Resumen: Para hacer accesible la transparencia, organizaciones intermediarias, como el Periodismo, desempeñan un papel destacado en la transmisión de los datos disponibles al público. El propósito de este artículo, por lo tanto, es comprender cómo las agencias de verificación de hechos aprovecharon los recursos de transparencia pública para construir sus textos. Se realizó una investigación comparativa de cuatro agentes de diferentes países: Agência Lupa (Brasil), Factcheck.org (EE.UU.), Pagella Política (Italia) y Correctiv (Alemania). En todas, la información proporcionada por el Estado en sus páginas de Internet (es decir, transparencia activa) fue la principal fuente: en orden, 63,5% (Brasil), 53,4% (Italia),

¹ Pesquisador de pós-doutorado no INCT/ Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, vinculado ao LEMEP - Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Ciência Política e Mestre em Comunicação pela UFPR. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9355-3365>. E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com

52,7% (EE.UU.) y 29,2% (Alemania) de los textos utilizaron datos públicos para sus conclusiones. Asociar la verificación y la transparencia se refiere a los sistemas expertos, sobre todo al demostrar que los actores externos al Estado son capaces de participar de la apertura de las instituciones públicas.

Palabras clave: Transparencia pública; Chequeo; Periodismo político; Datos gubernamentales.

1 Introdução

Entre as definições possíveis para transparência política, Hood (2010) a compreende como a condução das atividades de uma maneira que as decisões, regras e outras informações cabíveis estejam visíveis para observadores externos, enquanto Lindstedt e Naurin (2010) a resumem como a acessibilidade de informações sobre uma organização. Em ambas as definições, existem pontos de contato a serem considerados: o observador externo e a acessibilidade. Assim, resta claro que, para a concretização da transparência, é necessário que um cidadão alheio à administração política tenha acesso a informações sobre o governo.

Mais do que isso, passa a ser essencial verificar se a população em geral consegue compreender os dados públicos, o que depende tanto de ação dos próprios entes governamentais quanto de outros atores. Nesse ecossistema da transparência, o Jornalismo já foi apontado como um agente capaz de fazer a intermediação entre transparência e o público amplo.

Essa pesquisa se centra em um ramo específico do Jornalismo, a checagem de fatos (também conhecida como *fact-checking*) e sua possível contribuição para a transparência. Esse conteúdo profissional tem ganhado espaço cada dia mais, até mesmo pela intensidade na divulgação de conteúdos de origem duvidosa em redes sociais digitais, e utiliza muitos dados públicos para construir seus textos. Isso levou à formulação da questão de pesquisa a ser desenvolvida: como a checagem de fatos se aproveitou da transparência do Estado?

Com o objetivo de responder a essa indagação, o artigo fez uma análise comparada de agências de quatro países: Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália, cujos contextos de comunicação e política são distintos, de modo a perceber as diferenças e semelhanças de atuação dessa prática jornalística nesses diferentes universos. Por meio da coleta de *tweets* publicados ao longo de dois anos nas quatro principais agências dessas nações, foram coletadas todas as checagens publicadas nesse período, sendo então submetidas a uma análise de conteúdo com o intuito de averiguar de onde eram provenientes as informações utilizadas pelos jornalistas nos seus textos, o que permitiu uma categorização em relação a essa fonte, como dados de transparência ativa, dados da imprensa, entre outros que serão melhor detalhados na seção apropriada.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a revisão de literatura se divide pelas próximas duas seções, apresentando conceitos de transparência e sua intersecção com o Jornalismo, bem como as definições da atividade jornalística que interessam a essa pesquisa. Na sequência serão apresentados o percurso metodológico e os resultados encontrados. Por fim, há uma ampla discussão sobre a atuação do Jornalismo a partir da transparência.

2 Transparência e Jornalismo

As definições existentes na literatura brasileira e internacional sobre democracia digital se situam ao redor da ideia de novas ferramentas digitais “para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política” (GOMES, 2007, p. 9). Em síntese, todas se fundamentam no uso de tecnologias da informação e comunicação para reforçar processos democráticos, com especial atenção para modificações no desenho institucional que permitam o envolvimento da população de maneira mais eficiente (COLEMAN, 2005; MARQUES, 2008; 2016).

Como já apontado, mais relevante para o presente estudo, no entanto, no âmbito da transparência, é seu caráter de acessibilidade, que consiste em fornecer informações de maneira que o público geral possa compreendê-las. Não basta que elas estejam meramente disponíveis, mas que os cidadãos saibam utilizá-las para formação de suas decisões. Para atingir esse objetivo, cumprem um papel relevante as organizações intermediárias, que interpretam os dados disponíveis e os repassam ao público em geral. Eles possuem canais de comunicação com as audiências amplas, como os sites e as redes sociais e que podem levar esses dados importantes para o consumo do público. Ademais, são os mais prováveis a possuir as capacidades exigidas para organizar os dados de maneira palatável.

Contudo, a transparência por meio de recursos digitais também apresenta um aspecto negativo, que é a presença de informações brutas, sem qualquer contexto. Para que haja o devido consumo desses dados, seria necessário um sistema perito (GIDDENS, 1991; MIGUEL, 1999), que são atores capazes de participar do processo da transparência, por deterem conhecimento para lidar de maneira adequada com os dados ali presentes. Até mesmo para que a transparência seja aperfeiçoada, é preciso que as informações se propaguem com qualidade e profundidade (MARQUES, 2016), tarefa que o Jornalismo pode assumir.

Alguns estudos no Brasil já buscaram apontar de que maneira a Lei de Acesso à Informação (LAI) se relaciona com a rotina de produção jornalística. Sousa e Geraldês (2016) diagnosticaram certas dificuldades como prazos de resposta e falta de familiaridade dos profissionais com utilização desse tipo de dado. Também houve investigações que apontaram forte associação entre a produção de matérias com esses dados provenientes da transparência e um papel social de fiscalização por parte da profissão (BRENOL, 2019); que demonstraram o Ministério da Fazenda como órgão mais acionado pelos repórteres brasileiros (GONÇALVES *et al.*, 2019); que indicaram que textos sobre administração pública foram a temática mais discutida pelos profissionais brasileiros (DUTRA; PAULINO, 2014); e que constataram que matérias sobre a LAI não ficaram restritas a apenas um grupo específico de repórteres, tendo sido utilizadas nas mais diversas editorias (NASCIMENTO *et al.*, 2019), de tal forma que a investigação sobre o poder público se tornou uma característica corrente do Jornalismo praticado no Brasil (FERRACIOLI; MARQUES, 2020a, 2020b).

Essa relação entre Jornalismo e transparência pode ser compreendida a partir da tradicional definição de sistema-perito formulada por Giddens (1991), segundo a qual existem duas características necessárias para se categorizar esse agente. De um lado, um consumidor que não possui conhecimentos técnicos especializados. O leitor a quem a checagem se dirige se encaixa perfeitamente nessa definição, uma vez que o cidadão comum não está familiarizado com as possibilidades de acesso à informação facultadas pela transparência e sequer possui os melhores recursos técnicos para dela desfrutar. A outra característica do sistema-perito é a crença no conhecimento especializado detido pelo expert, que também é reivindicada pelos profissionais da comunicação.

Conhecido esse panorama sobre a transparência e o Jornalismo, é preciso apresentar o que caracteriza a prática jornalística específica que interessa a essa pesquisa. A checagem de fatos inerente ao processo de apuração de uma reportagem ainda é, na maioria das vezes, embasada em métodos tradicionais de verificação, como telefonar para as fontes diretamente (BRANDTZAEG *et al.*, 2016). Já o *fact-checking* como prática isolada aponta para uma mudança na busca de elementos para fazer essa atividade. Graves (2016) demonstrou que todo o procedimento da checagem pode ser dividido em algumas fases: escolher as afirmações que serão checadas, entrar em contato com quem as pronunciou, descobrir como ela começou a ser propagada, realizar o trabalho com os dados e divulgar o resultado desse processo. É nessa fase da checagem propriamente dita, em que é preciso confirmar a veracidade ou falsidades das informações, que os jornalistas recorrem a iniciativas de transparência do Estado. Grandes agências, na investigação de Graves (2016), orientam seus repórteres a se utilizar dos dados oficiais vindos de órgãos governamentais.

Ainda que esteja inserido em um universo digital no qual a agilidade parece ser uma característica essencial, o Jornalismo de checagem opta por desacelerar o trabalho jornalístico. O foco da atividade não é o furo, nem *breaking news*. Mesmo que existam atividades mais imediatas, com as checagens de debates feitas ao vivo, a verificação de declarações e conteúdos não tem a preocupação de só abordar assuntos recentes (GRAVES, 2016). A própria popularização da checagem, contudo, acaba por mitigar esse caráter, pois os checadores buscam acelerar a entrega de checagens para verificar frases que acabaram de ser proferidas.

O espaço preferencial para divulgação das checagens são as redes sociais, em especial o *Twitter*. Essas plataformas têm sido utilizadas pelo Jornalismo para a busca de fontes, disseminação de conteúdo e contato com o público (MCGREGOR, 2019). Os profissionais da área também reconhecidamente utilizam o *Twitter* para se atualizar sobre os eventos recentes e para verificar o que tem sido veiculado na cobertura de outras empresas de comunicação (WILLNAT; WEAVER, 2018), o que o torna essa plataforma elemento de destaque na prática profissional atual (MCGREGOR; MOLYNEUX, 2020). Ademais, pesquisas prévias já se debruçaram sobre essa rede social ao investigar checagens, evidenciando a importância de

conexões prévias entre os usuários para crença na checagem (MARGOLIN; HANNAK; WEBER, 2018).

Quando se pensa na maneira como o jornalista tem acesso às informações que vai relatar, há uma diferença entre a prática da checagem e o cotidiano de uma redação comum. Enquanto o repórter tradicional vai em direção ao acontecimento ou entra em contato com as fontes por telefone ou e-mail, o chegador recebe seu material inicial a partir de declarações públicas, quase sempre por meio de outros atores da imprensa. Isso implica em uma alteração no papel do jornalista, que deixa de ser o profissional que apura em primeira mão os fatos e os relatos e se torna um profissional árbitro, que faz a mediação entre o público e os agentes políticos (SEIBT, 2019).

3 Aspectos metodológicos e apresentação dos resultados

Com o intuito de captar características que assemelhassem a atividade da checagem e também permitissem distinguir características nacionais, foram selecionadas a agência com maior número de seguidores no *Twitter* e no *Facebook* (em junho de 2019) de quatro países distintos: Brasil, Estados Unidos, Itália e Alemanha. Cada um desses países representa um sistema midiático descrito pela literatura, ou seja, possui uma relação específica entre mídia e política (HALLIN; MANCINI, 2004; MÁRQUEZ-RAMÍREZ; GUERRERO, 2014), o que implica em diferentes práticas de Jornalismo político: Liberal Capturado (Brasil), Liberal (EUA), Pluralista Polarizado (Itália) e Corporativista Democrático (Alemanha). As agências selecionadas mediante esses critérios foram as seguintes: Lupa, Factcheck.org, Pagella Política e Correctiv.

Definidas as quatro agências de checagem que seriam objeto da pesquisa, foi necessário fazer um recorte temporal. Para obter um período amplo o suficiente para abarcar a cobertura eleitoral e também meses em que não houvesse eventos extraordinários, foi determinado o período de julho de 2017 a junho de 2019, ao longo do qual os quatro países tiveram pleitos em âmbito nacional.

Como modo de facilitar a coleta, foram catalogados todos os *tweets* de tais agências no período em questão e abertas todas as checagens cujos links eram ali referenciados. Isso resultou na seguinte quantidade de checagens publicadas: 2792 (que correspondem à unidade de análise dessa pesquisa), divididas da seguinte maneira entre cada país: EUA - 455, Itália - 579, Alemanha - 89 e Brasil - 1669.

Na sequência, a análise de conteúdo buscou apontar qual foi a principal fonte utilizada em cada um dos quatro países. Os resultados descritos na Tabela 1 demonstram que a transparência ativa foi a fonte mais recorrente para embasar a checagem em todos os países.

Tabela 1 – número de checagens classificadas conforme fonte predominante utilizada

	BRASIL		EUA		ITÁLIA		ALEMANHA	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Transparência ativa	1060	63,5%	240	52,7%	309	53,3%	26	(29,2%
Entes não-estatais	283	16,9%	69	15,1%	194	33,5%	11	12,3%
Imprensa	82	4,9%	57	12,5%	34	5,8%	23	25,8%
Redes sociais	74	4,4%	41	9%	31	5,3%	20	22,4%
Declarações	115	6,8%	36	7,9%	6	1%	0	0%
Assessoria de imprensa	49	2,9%	12	2,6%	5	0,8%	9	10,1%
Transparência passiva	6	0,3%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme fica evidente a partir dos dados, a transparência ativa aparece de maneira predominante em todos os sistemas midiáticos, de modo que o artigo irá apontar como cada uma das agências de checagem de fatos desses países utilizou esses dados. A transparência ativa é aquela que é disponibilizada de maneira proativa pelo governo, atualmente em portais na Internet, sem que haja pedido específico para que o dado seja liberado. Essa categoria se opõe à transparência passiva, pela qual o Estado tem a obrigação de fornecer informações solicitadas por qualquer indivíduo sem que haja justificativa (ALVES *et al.*, 2021; LIMA; ABDALLA; OLIVEIRA, 2020). A categoria ‘entes não-estatais’ diz respeito a dados obtidos de organizações que não compõem a estrutura estatal, enquanto ‘imprensa’ engloba todas as checagens em que as informações provêm de apurações realizadas por outros meios de comunicação. O texto foi classificado como ‘redes sociais’ nos casos em que os elementos que o embasam eram oriundos apenas de publicações em redes sociais, ao passo que ‘declarações’ é a categoria que compreende a utilização de declarações públicas das autoridades políticas como fonte para a checagem e ‘assessoria de imprensa’ define as informações repassadas por esses órgãos, quando isso é explícito na matéria.

Na sequência serão apresentados os dados de transparência ativa de cada um dos países que compõem o corpus da análise. No caso brasileiro, essa categoria é proporcionalmente maior em comparação às outras nações, com 1.060 aparições (63,5%). Isso mostra que foi muito frequente nas checagens brasileiras a utilização dos dados disponíveis nos Portais da Transparência (tanto do governo federal quanto dos entes subnacionais). Dessa forma, quando o então governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (Partido Social Cristão) mencionou que os

contratos do fundo emergencial de saúde foram assinados, tal informação foi rebatida pela Lupa a partir de dados do Portal da Transparência mantido pelo estado por ele governado (MORAIS; AFONSO, 2019). Destacamos no Quadro 1 as fontes desse estilo mais citadas, a saber:

Quadro 1 – Fontes de transparência ativa mais recorrentes nas checagens brasileiras

INSTITUIÇÕES	N
Tribunal Superior Eleitoral	123
Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística	104
Legislação	75
Processo Eletrônico	67
Câmara dos Deputados	67
Instituto Nacional de Estudos e Pesq. Educacionais A. Teixeira	46
Senado	43
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	40
Portal da Transparência	32
Ministério da Fazenda	24
Diário Oficial	22
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	17
Conselho Nacional de Justiça	16

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os dados disponibilizados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em seu site foram os mais recorrentes, com 123 aparições. Assim, quando houve declaração relacionada às eleições, foram as informações sobre comparecimento às urnas, percentuais de votos em candidatos desde a redemocratização e sobre o perfil do eleitorado que basearam a checagem.

Em segundo lugar veio o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão governamental destinado à produção de estatísticas e que foi acionado para conferir declarações de temas econômicos, mas também para outras situações, como quando o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou que o uso de preservativos estava caindo no Brasil.

O acesso à legislação é aqui entendido de maneira ampla, como a disponibilização pelo Estado de todos os regramentos legais que o compõem. Como o Palácio do Planalto (sede do Executivo nacional brasileiro) possui uma página voltada apenas para disponibilização da legislação, foi a ela que os checadores se remeteram para embasar os vereditos.

A quarta posição foi ocupada pela categoria processo eletrônico, que abrange informações disponibilizadas pelo Poder Judiciário sobre processos em trâmite, tendo ocorrido 67 vezes. Em respeito à transparência, a regra é que eles possam ser consultados na internet por qualquer um, o que permitiu a consulta pelos checadores e produção dos textos.

Com o mesmo número de ocorrências está a Câmara dos Deputados, que forneceu várias informações que abarcam desde a votação de parlamentares em votações específicas até

relatórios produzidos em comissões.

No caso italiano, a utilização de dados fornecidos pelo Estado de maneira voluntária, ou seja, a “transparência ativa”, também foi a mais recorrente dentre as checagens, com 309 ocorrências (53,3%). Mais da metade utilizou esse tipo de dado, como exemplo quando o deputado Pierluigi Bersani (Movimento Democrático e Progressista) asseverou que 700 mil postos de trabalho na construção civil haviam sido perdidos (SÌ, METÀ DEI POSTI DI LAVORO SI SONO PERSI NELL’EDILIZIA, 2018) e a declaração foi comparada com dados de desocupação fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (Istat). O Quadro 2 detalha quais foram os agentes mais citados (que apareceram mais de cinco vezes) nas checagens:

Quadro 2 - Fontes de transparência ativa mais recorrentes nas checagens italianas

INSTITUIÇÕES	N
Legislação	70
Instituto Nacional de Estatística	61
Ministério da Economia	29
Ministério do Interior	29
Câmara dos Deputados	18
Banco central italiano	12
Senado	11
Órgão Previdenciário	11
Governo da Itália	10
Ministério da Justiça	9
Ministério do Desenvolvimento Econômico	7

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os dados apontam que na maior parte dos casos os checadores utilizaram legislação disponibilizada pelo Estado para embasar suas checagens. Isso ocorreu, por exemplo, quando o ex-deputado Giuseppe Civati (*Possibile*) fez comentários sobre as armas recolhidas pelo governo e foi rebatido a partir do Decreto 104/2018, disponibilizado online pelo governo (DAVVERO IL GOVERNO HA RADDOPPIATO IL NUMERO DI ARMI DETENIBILI, 2018).

A segunda fonte mais citada dentro dessa modalidade foi o *Istat*, que como já visto é o órgão do governo italiano dedicado ao fornecimento de estatísticas e que apareceu 61 vezes (10,5% do total). Em terceiro lugar estavam informações disponibilizadas pelo Ministério da Economia, mencionado em 29 textos (5%). Essa foi a fonte da checagem sobre declaração do governador Nicola Zingaretti (Partido Democrático) quanto ao aumento da arrecadação do imposto sobre valor agregado (TRIA DÀ PER SICURO L’AUMENTO DELL’IVA, 2018).

Tendo em vista o propósito dessa pesquisa de olhar com mais atenção para a transparência ativa, segue abaixo o Quadro 3 com as fontes que tiveram ao menos cinco aparições ao longo da cobertura nos Estados Unidos:

Quadro 3 – Fontes de transparência ativa mais recorrentes nas checagens norte-americanas

INSTITUIÇÕES	N
Departamento de Estatísticas de Trabalho	25
Departamento de Justiça	22
Legislação	18
Serviço de Pesquisa do Congresso	15
Departamento de Análise Econômica	14
Gabinete de Orçamento do Congresso	14
Senado	10
Câmara dos Representantes	8
Processo Eletrônico	7
Departamento do Censo	7
Agência de Informação Energética	7
Departamento de Agricultura	6
Departamento de Proteção das Fronteiras	6
Comitê Conjunto de Impostos	6
Casa Branca	6

Fonte: Elaboração própria, 2021.

No primeiro lugar do quadro está o Departamento de Estatísticas de Trabalho, secretaria do governo federal dedicada aos dados sobre mercado de trabalho, tal como sobre o impacto do Acordo de livre-comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) nas vagas laborais dos EUA (KIELY *et al.*, 2018). Na sequência está o departamento de Justiça, que é o equivalente a um ministério brasileiro, pois é o mais alto escalão da divisão administrativa estadunidense. Seus dados possibilitaram checagens cujo tema envolvia o Departamento Federal de Investigação (FBI, na sigla em inglês), que lhe é subordinado, e até mesmo das discussões sobre a cobertura de saúde (ROBERTSON, 2018).

Também houve espaço para menções à legislação (cite-se o Código Penal da Califórnia utilizado para verificar declaração (KIELY, 2019), o que apareceu em 18 checagens; e para entidades vinculadas ao Poder Legislativo federal, como o Serviço de Pesquisa do Congresso e o Gabinete de Orçamento do Congresso, que foram respectivamente o quarto e o sexto mais citados.

E por fim, no caso alemão, mais uma vez a primeira posição foi ocupada pelos dados provenientes da “transparência ativa”, com 26 ocorrências (29,2%), como quando números divulgados pelo Ministério do Interior (*Bundesinnenministerium*) foram utilizados pelo Correctiv para avaliar boato sobre atos de violência contra muçulmanos (SCHMÜSER, 2018).

Repetindo o olhar mais minucioso sobre as fontes de transparência ativa, o Quadro 4 demonstra quais foram os entes e órgãos que mais cederam informações para a agência. Foram mostrados apenas aqueles órgãos governamentais que apareceram no mínimo em duas checagens.

Quadro 4 – Fontes de transparência ativa mais recorrentes nas checagens alemãs

Legislação	4
Escritório Federal de Migração e Refugiados	3
Ministério do Interior	2
Escritório Federal de Estatística	2

Fonte: Elaboração própria, 2021.

É possível perceber que o acesso a leis, decretos e portarias (agrupadas em torno da categoria legislação) foi o mais frequente. Assim, o Correctiv pôde verificar declaração do eurodeputado Marcus Pretzell (Alternativa para a Alemanha - AfD) com base em artigo de lei específico do estado da Renânia do Norte – Vestfália (SCHINKELS, 2017b).

O órgão mais acionado foi o *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge* (Bamf), que é o escritório federal para migração e refugiados, o que condiz com a temática internacional estar sempre em destaque nas checagens alemãs – assim declarações do deputado Jörg Meuthen (AfD) sobre crianças estrangeiras muçulmanas (SCHINKELS, 2017a) puderam ser esmiuçadas.

Outros entes foram mencionados de maneira mais esporádica, valendo a pena destacar o órgão de estatísticas alemão (comparável ao IBGE brasileiro e ao *Istat* italiano), cuja abrangência permite estatísticas especialmente sobre as relações de trabalho (PEZET, 2017).

4 Discussão dos Resultados e Considerações Finais

O ponto central desse artigo diz respeito à ligação entre o Jornalismo e a transparência e cabe apontar que os resultados encontrados indicam traços interessantes para se pensar essa interseção entre os campos.

A validade da atividade de checagem sempre esteve conectada com o fornecimento das fontes utilizadas, que permitiram ao cidadão até mesmo refazer todos os passos adotados pelo profissional e avaliar a conclusão alcançada a partir do percurso efetuado (NEISSER, 2015). Isso está em consonância com as expectativas do leitor, que dentre os papéis almejados do jornalista já conhecidos como noticiar com objetividade e fiscalizar o poder, também demanda que os jornalistas sejam mais transparentes com suas fontes (LOOSEN; REIMER; HÖLIG, 2020).

Pesquisas dedicadas aos efeitos do *fact-checking* já haviam apontado que há recepção mais favorável à checagem por parte dos leitores quando há explicação detalhada de todo o processo, de maneira simples de ser compreendida pelo usuário (BRANDTZAEG; FØLSTAD, 2017). A utilização dos dados provenientes de transparência ativa tem potencial para cumprir todos os requisitos que tornam mais positiva a recepção da checagem. As informações disponibilizadas pelo Estado estão costumeiramente em sites cujos links são divulgados pelos checadores, o que permite o fácil acesso. Mesmo havendo distinção nas porcentagens com que cada país utilizou dessa fonte de transparência ativa, não é possível determinar que o Brasil (por

ter a maior quantidade percentual entre todos nessa categoria) seja o Estado mais transparente. Os dados aqui encontrados permitem apenas vislumbrar que o Jornalismo de checagem brasileiro foi aquele que mais soube utilizar a transparência para seu interesse.

Se a disseminação de informações estatais de maneira ativa já é um recurso que permite a *accountability* (PINA; TORRES; ACERETE, 2007), a intermediação por parte do Jornalismo pode expandir e contextualizar os dados. Tendo em vista que o governo é a fonte mais comum para certas práticas já consolidadas como o Jornalismo de dados (STALPH, 2018; TANDOC; OH, 2017), ele também o é para a checagem de fatos, como ficou comprovado pelos achados empíricos. Não houve, contudo, uma consistência entre o órgão governamental mais acionado por cada um dos países, cuja explicação pode estar ligada a dois fatores principais: a disponibilização de grande quantidade de informação por aquele órgão e a pertinência temática do órgão em relação à abordagem daquela agência de checagem. No Brasil, os dados provenientes do TSE foram os mais utilizados, o que está relacionado com a ampla cobertura que a Agência Lupa realizou das eleições presidenciais de 2018, em conjunto com a reconhecida base de dados do órgão, da qual até mesmo a literatura acadêmica se serve com frequência. Já nos Estados Unidos, em comparação, os dados mais mencionados foram aqueles do órgão que compila estatísticas sobre trabalho, o que demonstra que a ênfase da agência norte-americana esteve direcionada a checar falas desse universo, que incluem menções a taxa de desemprego, subocupação, entre outros. Nesse ponto, a própria escolha das fontes representa um elemento a indicar as temáticas editoriais mais recorrentes de cada agência, mais ligadas ao contexto da nação em que estão inseridas do que a supostos temas recorrentes de maneira universal nas checagens.

Associar Jornalismo e transparência, portanto, remete à noção de sistemas peritos (DE CARVALHO, 2008; MIGUEL, 1999; SCHWAAB, 2007) – sobretudo ao fortalecer o argumento de que atores de fora do campo político tradicional também podem ser capazes de participar do processo de fiscalização e abertura das instituições do Estado. O Jornalismo de checagem, com a função persuasiva que lhe é típica (SEIBT, 2019), busca sempre convencer o leitor de que é um agente capaz de bem utilizar a transparência e de ser representante do leitor nessa tarefa. Em todos os quatro papéis jornalísticos desempenhados pelos agentes citados, sempre foi possível ver que a menção à transparência foi um recurso para convencimento de que a checagem estava correta. Logo, o Jornalismo de checagem de fatos estaria capacitado para essa atividade e busca persuadir o leitor não só de que o conteúdo checado é verdadeiro ou falso, mas também de que ele é um ator com conhecimento para isso.

Transparente é aquele que se permite ver, em que não há espaços blindados ao olhar do público (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). As checagens produzidas demonstraram que declarações e rumores podem ser contestados por meio do Jornalismo caso o poder público permita que esse olhar aconteça – o que ocorre não por vontade dos governantes que ocupam os

cargos naquele momento, mas por imposição legal. Mais do que uma política de governo vinculada aos ocupantes temporários da administração, as regras sobre transparência permitem que haja uma política de Estado duradoura apta a permitir a fiscalização a qualquer momento. Se não há espaço escondido na Administração, torna-se mais fácil para as agências de checagem produzirem seus textos da maneira que as legitima, que é justamente a utilização da transparência. Se a publicidade permite a sanção social, é o Jornalismo que a efetiva ao incluir dados provenientes da transparência. Há, assim, aparição contextualizada com o intuito de constranger os membros da classe política, o que concretiza uma das funções da transparência.

Considerando que é “o jornalismo quem produz as narrativas que dão sentido aos fatos” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018, p. 16), os agentes de checagem assumem esse papel de maneira consolidada, se colocando como elemento essencial na relação de transparência. Consolidam a ideia de que o Jornalismo é sistema-perito (MIGUEL, 1999) e demonstram que a abertura do Estado ocorre através dos textos noticiosos (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012), nesse caso, as checagens. A recorrência das checagens é a maneira de garantir que a resistência institucional do Estado à transparência (TORRES, 2020) seja minorada pela atuação do checador que domina as habilidades para ter acesso aos dados. Em muitos países, a classe jornalística foi uma das grandes defensoras da aprovação de transparência (CAMAJ, 2016; RODRIGUES, 2017), o que indicaria que ela seria uma das suas grandes utilizadoras. No âmbito da checagem, foi possível comprovar que esse ímpeto pela transparência foi comprovado. Ressalte-se que transparência parece ser palavra de ordem para a checagem. Isso porque, além de ser fonte de informações e processo necessário, ela precisa estar também no financiamento (ALENCAR; DOURADO, 2020): saber como outras empresas de comunicação contratam checagens dessas agências e também como são aplicados os recursos provenientes de financiamento coletivo

Essa consolidação do Jornalismo de checagem por meio da transparência se soma ao movimento de amplitude no conceito de Jornalismo. Lewis (2012) havia demonstrado como determinados agentes se libertaram do conceito de “Jornalismo” para lidar com “informação”. No caso da checagem, não houve a ruptura com a noção de Jornalismo. Contudo, esse movimento de expansão apontado também se fez presente. Através da ampla rede de transparência atualmente existente é que se pôde recolher e criar as bases que sustentam a atividade da checagem. A libertação indicada é a do conceito tradicional de Jornalismo, em que há uma notícia a ser transmitida e em que serão destacados seus pontos principais: quando, onde, quem. O Jornalismo de checagem expande sua atuação ao buscar se deter mais sobre a informação que embasa o produto noticioso e se outorga a posição de agente capaz para essa função. O repórter não atua mais como aquele profissional que busca a informação nova ou algum evento que se encaixe nos critérios de noticiabilidade, porque passa a agir com o intuito de verificar informações já disseminadas.

Lewis e Usher (2014) explicitam a importância de pensar a zona de confluência entre o uso de dados e a prática jornalística para se pensar a evolução do Jornalismo de dados. Essa zona fronteira foi delineada no Jornalismo de checagem: os checadores se aproveitam ao máximo dessa intersecção e do repertório prévio acumulado quanto ao acesso às informações públicas para produzir o material publicado. Sem que houvesse essa expertise nas duas áreas, não seria possível a produção de checagens no ritmo em que foram divulgadas (nesse ponto, o Brasil se destaca pela velocidade superior aos outros na publicação de checagens).

Essa credibilidade se constrói também porque as checagens sempre permitem que o leitor acesse o sítio original no qual se encontra a informação que embasa. Baack (2015) aponta como um intermediário de dados deveria sempre permitir acesso do público à informação primitiva. O Jornalismo de checagem cumpre esse requisito, que é essencial para a reconstrução da credibilidade: não é preciso que haja confiança cega que o dado utilizado é verídico, pois o próprio jornalista fornece o link que leva ao site original. A lógica de controle sobre as informações que caracterizava o Jornalismo (LEWIS, 2012) não mais prevalece, porque as agências de checagem indicam com links onde está a informação que embasou o texto, com o intuito declarado de permitir que qualquer leitor possa conferir a veracidade do que foi apurado.

Ao se posicionar como agente capaz de permitir a transparência, o Jornalismo de checagem concretiza a transparência através da capacidade de dialogar com públicos diversos e permite o exercício do direito à transparência pelo cidadão. O controle social é concretizado, de certo modo, pela checagem de fatos (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002; WAISBORD; PERUZZOTTI, 2009), pois permite que haja um controle do cidadão da veracidade do discurso das autoridades, sendo mais fácil distinguir quais argumentos mobilizados pelos membros da classe política não encontram amparo nos dados públicos.

A utilização da transparência apresentou traços comuns entre os quatro países checados, o que merece ser apontado. Os órgãos de estatísticas locais, tais como o IBGE brasileiro, o Istat italiano e o Statistischen Bundesamt alemão estavam entre os mais acionados. Assim, a divulgação de estatísticas pelos departamentos especializados dos governos nacionais é um grande agente que contribui para essa prática do Jornalismo de checagem. Tabary, Provost e Trottier (2016) haviam exposto como no Canadá jornalistas reclamaram da baixa qualidade de dados brutos, sendo obrigados a recorrer a dados pré-processados pelas instituições. O aparecimento desses órgãos de estatísticas mostra que essa tendência também foi encontrada nos países aqui analisados, o que demonstra que se trata de uma tendência comum à atividade. A aplicação prática desses dados em textos pode, de maneira mediada, fazer com que as checagens aproximem o público das implicações de tais dados. Se algum deputado faz afirmações sobre salários de homens e mulheres, esses órgãos, que são responsáveis pelos censos de seus países por exemplos, fornecem de maneira ativa as informações e o leitor da checagem encontrará de maneira fácil, porque a checagem tem o costume de deixar o link

indicado.

Embora pesquisas prévias houvessem apontado que na Alemanha os jornalistas de dados estão mais concentrados em jornais diários de grande circulação e em emissoras públicas (BEILER; IRMER; BREDA, 2020), a aparição dos dados públicos nas checagens é indicativa de que há sim profissionais em outros ramos de não tão grande porte dentro do Jornalismo, como o *fact-checking*. Até mesmo para utilizar os dados provenientes de entes não-estatais (que o Quadro 1 também comprovou serem frequentes nas checagens de todos os países), é necessário que o checador tenha conhecimento específico para lidar com a quantidade de informação. Nesse ponto, por mais que não tenha sido objeto específico de análise nesse artigo, esses entes não-estatais também fornecem as bases para que a checagem de fatos possa se constituir como atividade de credibilidade. Isso porque não seria necessário que o leitor confiasse na agência A ou B, mas em um dado produzido por instituição de renome, como a Organização das Nações Unidas ou a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

É interessante destacar que, embora o Poder Judiciário já tenha sido apontado como menos transparente (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018; NASCIMENTO; RODRIGUES; KRAEMER, 2015), os processos eletrônicos foram fonte relevante de matérias, especialmente no Brasil. Se a estrutura desse Poder não pôde ser completamente desvelada, o fácil acesso aos processos em trâmite perante os tribunais se mostrou elemento valioso para a produção das checagens. Ainda no que diz respeito ao Poder Judiciário, também merece destaque no caso brasileiro, a utilização de dados disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa estrutura criada como órgão de controle desse Poder foi uma fonte recorrente, em especial de uma ferramenta particular, Geopresídios, que agrupa dados sobre execução penal no Brasil. Não há como ignorar, portanto, que o Judiciário se mostrou um agente que contribuiu para a transparência: mesmo que não fosse com dados sobre si, ao menos sobre os processos de terceiros que perante ele tramitam. A atuação da checagem demonstrou que há espaço para esse poder na cobertura jornalística, o que outras investigações sobre utilização da transparência pelo Jornalismo não haviam conseguido captar.

O Poder Legislativo, por sua vez, demonstrou ser uma fonte importante de informações. Por mais que em outros espaços das inovações democráticas digitais esse seja um campo de destaque (BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016), também na transparência houve destaque. Ainda que, no Brasil, tenha sido muito utilizado para averiguar como foram votações de determinados temas, as pesquisas realizadas pelo corpo técnico das casas legislativas foram grande fonte para as checagens. Note-se, por exemplo, que nos Estados Unidos o *Serviço de Pesquisa do Congresso e o Gabinete de Orçamento do Congresso* apareceram com bastante destaque. Sua função original é produzir levantamentos para embasar os votos dos parlamentares, mas essa pesquisa descobriu que eles também cumprem uma função adicional:

prover o público, por meio do Jornalismo de checagem, com informações sistematizadas sobre os temas.

No que diz respeito à utilização de dados de entes não-estatais, especialmente na Itália, a União Europeia surgiu como provedora dos dados, o que deve gerar uma discussão sobre a importância da transparência comunitária e pode servir para fortalecimento do bloco (houve checagens sobre políticos que defendiam a saída do país, copiando o Brexit do Reino Unido). Pensar a transparência do Jornalismo deve significar pensar também nessas organizações multilaterais, especialmente para países participantes de blocos plurinacionais cuja atuação normativa se revela cada vez mais intensiva.

Já a transparência passiva, ou seja, as informações disponibilizadas pelo poder público apenas depois de diretamente interpelado, não foram presentes no corpus das checagens desse artigo. Com exceção de poucas ocorrências no Brasil, não se deu nenhuma menção nos textos de que os dados ali provinham de pedidos específicos. Não é possível dizer, entretanto, que tal tipo de atitude não compõe a prática dos jornalistas das outras nações, pois na Alemanha dados provenientes dessa origem compõem o segundo tipo mais recorrente, conforme pesquisas nas grandes organizações midiáticas de lá (BEILER; IRMER; BREDA, 2020). O que talvez tenha influenciado a utilização dessa modalidade é a característica temporal que lhe é marcante: os prazos para resposta a pedidos não são imediatos, estando ainda sujeito a recursos. O prazo de vinte dias previsto na legislação brasileira, por exemplo, não combina com a agilidade do jornalismo diário. Assim, obter um dado para verificar se uma declaração é correta e depender de dados obtidos por meio dessa solicitação que caracteriza a transparência passiva pode demorar um tempo que a organização de comunicação não está disposta a aguardar para publicar seu material. Embora Seibt (2019) tenha destacado que a pressão pela rapidez na publicação não é característica marcantes das checagens, também não há disposição para esperar tanto tempo para a publicação. Até mesmo porque outras declarações do mesmo agente podem aparecer e tornar aquela original desatualizada e menos propensa a verificações.

Além disso, não se pode esquecer da importância cultural da utilização da transparência por parte da checagem de fatos. Se Nascimento, Rodrigues e Kraemer (2015) já haviam apontado que há um costume do Jornalismo tradicional de sempre citar a utilização de instrumentos de transparência, é inevitável que as constantes menções por parte das agências das possibilidades de transparência ativa reforcem perante o público a existência dessa esfera. É através do Jornalismo de checagem que o público se acostuma com a transparência, pois é nele que encontra os dados e os links que o fazem compreender essa face do sistema democrático – o Jornalismo é a janela que constrói seu olhar para a transparência.

Resumindo a atuação jornalística da checagem, é importante considerar um aspecto ressaltado por Zelizer (1993): para ela, os jornalistas se constituem enquanto grupo a partir da interpretação que fazemos dos eventos; em outras palavras, o discurso que compartilham sobre o

mundo é o que os agrega como jornalistas. A relação dos profissionais de checagem com a transparência pode ser encarada a partir dessa ótica: o uso constante que fazem da transparência os engloba como grupo mesmo que estejam em países de sistemas midiáticos distintos.

O recurso à transparência é uma estratégia de construção de credibilidade. Ciente de que a população não dispõe dos recursos necessários, o Jornalismo toma essa posição e a utiliza para construir sua credibilidade (MASULLO *et al.*, 2021). As checagens, assim, não seriam mero exercício retórico dos repórteres porque estão baseadas em evidências empíricas fornecidas pelo próprio Estado. Esse processo de transparência interna das agências é dependente da transparência do Estado. Usar esses dados estatais é o escudo capaz de embasar as checagens: a máquina estatal, ou seja, a burocracia, produz dados que são tomados como imparciais pelas agências de checagem.

Não existe discussão sobre possíveis orientações políticas nos próprios dados que estão sendo utilizados. No caso brasileiro, por exemplo, inúmeras pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) são utilizadas (como sobre as variações do Produto Interno Bruto brasileiro ou quantidade de assassinatos no Brasil) sem que haja qualquer reflexão sobre como foi sua produção, o que foi considerado etc. Esse estilo de cobertura baseado em dados e com pouca discussão sobre sua validade é típica do jornalismo econômico (MULLEN, 2018; SCHIFFRIN; FAGAN, 2013), de modo que não configura um desvio singular a caracterizar o *fact-checking*.

No ambiente em que proliferam acusações de polarização e enviesamento, o Jornalismo de checagem não se propõe a discutir a lisura dos dados, apenas faz referência aos dados públicos como se fossem incontestáveis, porque a discussão mais aprofundada sobre eles não interessa a essa modalidade de Jornalismo. Da mesma maneira que a maior menção a dados de transparência não indica necessariamente que aquela nação é mais transparente, tampouco a constante utilização desse repertório implica em maior confiabilidade dos dados de um país em comparação com outro. As agências de checagem não se aprofundam em um debate consistente sobre como o dado utilizado foi produzido, porque seu interesse maior é utilizá-lo como mostra de credibilidade do produto final que oferecem, sem dar a devida atenção a discussões pertinentes sobre a confiabilidade do dado que mencionam.

A checagem de fatos, entretanto, não concede muita importância a esse ponto, porque poderia afastar a credibilidade da qual o Jornalismo não pode prescindir. Considerando que uma das atribuições do Jornalismo enquanto agente político é conceder espaço para os temas e vozes que serão relevantes no espaço público (BIROLI, 2013; LAWRENCE, 2006), o caminho também é inverso: além de se utilizar da transparência para sustentar sua credibilidade, é o Jornalismo que também permite que esses dados cheguem ao grande público. Configura-se, assim, uma retroalimentação, uma relação de simbiose entre esses dois entes: o Jornalismo de checagem precisa dos dados para se embasar e a transparência precisa do intermédio do

Jornalismo para alcançar os cidadãos.

Fazer proveito das informações públicas e transmiti-las ao público por meio da checagem é o traço que une todos os checadores e indica, em seus textos, que eles compartilham uma maneira de interpretar a relação da transparência com o Jornalismo: é uma maneira de exercer seu papel, reforçar a credibilidade e destacar sua relevância democrática para o público.

É preciso reconhecer que essa pesquisa lidou apenas com um grupo restrito de agências de checagem, de modo que pode haver outras maneiras de atuação por parte de organizações distintas, ainda mais se formos considerar sistemas midiáticos com características distintas. Isso representa, ao mesmo tempo, uma possibilidade para ampliação dessa agenda de pesquisa, ao buscar investigar outros países e agências de checagem para aprofundar o conhecimento sobre a utilização da transparência por parte do Jornalismo.

Outra agenda de pesquisa interessante a ser desenvolvida envolveria uma abordagem qualitativa da atuação dos checadores, com a utilização de técnicas como a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas. Assim, poderão ser percebidas as rotinas produtivas desses profissionais no que diz respeito à utilização dos dados provenientes da transparência, trazendo nuances para o estudo da construção da credibilidade da checagem de fatos por meio da transparência.

Referências

ALENCAR, Marta Thais; DOURADO, Jacqueline Lima. Fact-checking: checagens da Folha e do Estadão na construção da credibilidade jornalística na internet. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 2, p. 23–37, 2020.

ALVES, Josias Fernandes; MIRANDA, Adílio Rene Almeida; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; SOUZA, Paulo Roberto Rodrigues De. Ranking de transparência ativa de municípios do Estado de Minas Gerais: avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 3, p. 564–581, 2021. DOI: 10.1590/1679-395120200135.

BAACK, Stefan. Datafication and empowerment: How the open data movement re-articulates notions of democracy, participation, and journalism. **Big Data & Society**, v. 2, n. 2, p. 1–11, 2015. DOI: 10.1177/2053951715594634.

BEILER, Markus; IRMER, Felix; BREDA, Adrian. Data Journalism at German Newspapers and Public Broadcasters: A Quantitative Survey of Structures, Contents and Perceptions. **Journalism Studies**, p. 1–19, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1772855.

BERTOT, John Carlo; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 6, n. 1, p. 78–91, 2012. DOI: 10.1108/17506161211214831.

BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 126–143, 2013.

BRAGA, Sergio Soares; MITOZO, Isabele Batista; TADRA, Julia. As funções desempenhadas pelos websites parlamentares brasileiros e o papel dos programas educativos. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 793–819, 2016. DOI: 10.1590/es0101-73302016155750.

BRANDTZAEG, Petter Bae; FØLSTAD, Asbjørn. Trust and distrust in online fact-checking services. **Communications of the ACM**, v. 60, n. 9, p. 65–71, 2017. DOI: 10.1145/3122803.

BRANDTZAEG, Petter Bae; LÜDERS, Marika; SPANGENBERG, Jochen; RATH-WIGGINS, Linda; FØLSTAD, Asbjørn. Emerging Journalistic Verification Practices Concerning Social Media. **Journalism Practice**, v. 10, n. 3, p. 323–342, 2016. DOI: 10.1080/17512786.2015.1020331.

BRENOL, Marlise Viegas. **Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2019. 237f.

CAMAJ, Lindita. From ‘window dressing’ to ‘door openers’? Freedom of Information legislation, public demand, and state compliance in South East Europe. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 346–357, 2016. DOI: 10.1016/j.giq.2016.03.001.

Davvero il governo ha raddoppiato il numero di armi detenibili? Pagella Politica. Milão, 18 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/armi_governo_civati-4386232/news/2018-09-18/.

DE CARVALHO, Carlos Alberto. Reflexividade e Jornalismo: algumas aproximações. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 36, p. 77, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2008.36.4418.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 2, 2020. a. DOI: 10.15847/obsOBS14220201514.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Jornalismo, colaboração e interesse público. **E-Compós**, 2020. b. DOI: 10.30962/ec.2053.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? *In*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA 2007, **Anais [...]**. [s.l.: s.n.]

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/ec.1446.

GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 130–140, 2019. DOI: 10.5007/1984-6924.2018v15n2p130.

GRAVES, Lucas. **Deciding what’s true: The rise of political fact-checking in American journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: three models of media and politics**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2004

HOOD, Christopher. **Accountability and Transparency: Siamese Twins, Matching Parts**,

Awkward Couple? **West European Politics**, v. 33, n. 5, p. 989–1009, 2010. DOI: 10.1080/01402382.2010.486122.

KIELY, Eugene. Kamala Harris Spins Facts on Truancy Law. Factcheck.org. Filadélfia, 14 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/05/kamala-harris-spins-facts-on-truancy-law/>.

KIELY, Eugene et al. FactChecking Trump on Trade. Factcheck.org. Filadélfia, 03 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/factchecking-trump-on-trade/>.

LAWRENCE, Regina G. Seeing the Whole Board: New Institutional Analysis of News Content. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 225–230, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629851.

LEWIS, Seth C. From Journalism to Information: The Transformation of the Knight Foundation and News Innovation. **Mass Communication and Society**, v. 15, n. 3, p. 309–334, 2012. DOI: 10.1080/15205436.2011.611607.

LEWIS, Seth C.; USHER, Nikki. Code, Collaboration, And The Future Of Journalism. **Digital Journalism**, v. 2, n. 3, p. 383–393, 2014. DOI: 10.1080/21670811.2014.895504.

LIMA, Melina Pompeu; ABDALLA, Marcio Moutinho; OLIVEIRA, Leonel Gois. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 3, p. 232–263, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71.i0.4662. LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International Political Science Review**, v. 31, n. 3, p. 301–322, 2010. DOI: 10.1177/0192512110377602.

LOOSEN, Wiebke; REIMER, Julius; HÖLIG, Sascha. What Journalists Want and What They Ought to Do (In)Congruences Between Journalists' Role Conceptions and Audiences' Expectations. **Journalism Studies**, v. 21, n. 12, p. 1–31, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1790026.

MARGOLIN, Drew B.; HANNAK, Aniko; WEBER, Ingmar. Political Fact-Checking on Twitter: When Do Corrections Have an Effect? **Political Communication**, v. 35, n. 2, p. 196–219, 2018. DOI: 10.1080/10584609.2017.1334018.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Internet e transparência política. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abilio Gomes; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital** – publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya; GUERRERO, Manuel Alejandro. Introduction: Media Systems in the Age of (Anti) Neoliberal Politics. In: **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 1–23. DOI: 10.1057/9781137409058_1.

MASULLO, Gina M.; CURRY, Alexander L.; WHIPPLE, Kelsey N.; MURRAY, Caroline. The Story Behind the Story: Examining Transparency About the Journalistic Process and News Outlet Credibility. **Journalism Practice**, v. 13, n.2, p. 1–19, 2021. DOI: 10.1080/17512786.2020.1870529.

MCGREGOR, Shannon C. Social media as public opinion: How journalists use social media to represent public opinion. **Journalism**, v. 20, n. 8, p. 1070–1086, 2019. DOI: 10.1177/1464884919845458.

MCGREGOR, Shannon C.; MOLYNEUX, Logan. Twitter's influence on news judgment: An experiment among journalists. **Journalism**, v. 21, n. 5, p. 597–613, 2020. DOI: 10.1177/1464884918802975. MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. **Revista de Administracao Publica**, v. 52, n. 4, p. 610–629, 2018. DOI: 10.1590/0034-761220170289.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197–208, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100011.

MORAIS, Maurício; AFONSO, Nathalia. Policiais mortos e ar-condicionado em hospitais: erros de Witzel sobre o RJ. Agência Lupa. São Paulo, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/01/16/witzel-sbt-policiais-hospitais> Acesso em 09/03/2022.

MULLEN, Andrew. Media performance in the 'age of austerity': British newspaper coverage of the 2008 financial crisis and its aftermath, 2008–2010. **Journalism**, p. 146488491880529, 2018. DOI: 10.1177/1464884918805298.

NASCIMENTO, Solano Dos Santos; RODRIGUES, Georgete Medleg; KRAEMER, Luciana. A utilização da Lei de Acesso à Informação pela imprensa: análise dos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. **Rumores**, v. 9, n. 18, p. 225, 2015. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2015.97261.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Held to Account: Experiences of Social Accountability in Latin America. **Journal of Human Development**, v. 3, n. 2, p. 209–230, 2002. DOI: 10.1080/14649880220147310.

PEZET, Jacques. Liegt die Lohnlücke zwischen Männern und Frauen in Deutschland bei 21 oder bei 6 Prozent? Correctiv. Berlim, 23 de agosto de 2017. Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/08/23/liegt-die-lohnluecke-zwischen-maennern-und-frauen-in-deutschland-bei-21-oder-bei-6-prozent/>.

PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; ACERETE, Basilio. Are ICTs promoting government accountability?: A comparative analysis of e-governance developments in 19 OECD countries. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 18, n. 5, p. 583–602, 2007. DOI: 10.1016/j.cpa.2006.01.012.

ROBERTSON, Lori. Trump Misleads on Preexisting Conditions. Factcheck.org. Filadélfia, 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/trump-misleads-on-preexisting-conditions/>.

RODRIGUES, Fernando. **Pragmático, Palocci é cerebral e fez cálculo cartesiano para dedurar Lula**. 2017.

SCHIFFRIN, Anya; FAGAN, Ryan. Are we all Keynesians now? The US press and the American Recovery Act of 2009. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 2, p. 151–172, 2013. DOI: 10.1177/1464884912458663.

SCHINKELS, Pauline. The Kids Aren't Alright. Berlim, 19 de setembro de 2017a. Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/19/the-kids-arent-alright/>.

SCHINKELS, Pauline. Wird AfD-Mann Pretzell doppelt bezahlt? Correctiv. Berlim, 10 de julho de 2017b. Disponível em: <https://correctiv.org/ruhr/faktencheck-ruhr/2017/07/10/wird-afd-mann-pretzell-doppelt-bezahlt/>.

- SCHMÜSER, Caroline. Nein – die Regierung erfand keine islamfeindlichen Straftaten. *Correctiv*. Berlim, 12 de março de 2018. Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2018/03/12/nein-die-regierung-erfand-keine-islamfeindlichen-straftaten/>. SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, n. 1, p. 2007.
- SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal**: a prática de fact-checking no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2019.
- Si, metà dei posti di lavoro si sono persi nell’edilizia. *Pagella Politica*. Milão, 02 de março de 2018. Disponível em: <https://pagellapolitica.it/fact-checking/si-meta-dei-posti-di-lavoro-si-sono-persi-nelledilizia>.
- SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do Jornalismo brasileiro. **Revista Eptic**, v. 18, n. 3, p. 2016.
- STALPH, Florian. Classifying Data Journalism. **Journalism Practice**, v. 12, n. 10, p. 1332–1350, 2018. DOI: 10.1080/17512786.2017.1386583.
- TABARY, Constance; PROVOST, Anne-Marie; TROTTIER, Alexandre. Data journalism’s actors, practices and skills: A case study from Quebec. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 1, p. 66–84, 2016. DOI: 10.1177/1464884915593245.
- TANDOC, Edson C.; OH, Soo-Kwang. Small Departures, Big Continuities? **Journalism Studies**, v. 18, n. 8, p. 997–1015, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1104260.
- TORRES, Guillén. Institutional Resistance To Transparency: The Quest for Public Sector Information in Mexico. **Journal Of Resistance Studies**, v. 5, n. 2, 2020.
- Tria dà per sicuro l’aumento dell’Iva? *Pagella Politica*. Milão, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://pagellapolitica.it/fact-checking/tria-da-per-sicuro-laumento-delliva>.
- WAISBORD, Silvio; PERUZZOTTI, Enrique. The environmental story that wasn’t: advocacy, journalism and the asamblea movement in Argentina. **Media, Culture & Society**, v. 31, n. 5, p. 691–709, 2009. DOI: 10.1177/0163443709339462.
- WILLNAT, Lars; WEAVER, David H. Social Media and U.S. Journalists. **Digital Journalism**, v. 6, n. 7, p. 889–909, 2018. DOI: 10.1080/21670811.2018.1495570.
- ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, n. 3, p. 219–237, 1993. DOI: 10.1080/15295039309366865.

Artigo recebido em: 2021-07-28

Artigo aceito para publicação em: 2021-09-03